

### ROBERTO DE MATTEI: E O CASO DO PAPA JOÃO XXII

Por Diogo Rafael Moreira

Roberto de Mattei e outros semitradicionalistas adoram ventilar lendas urbanas sobre os Papas como um argumento em favor de sua resistência aos papas conciliares. Sucede, porém, que as fontes usadas por eles geralmente não inspiram muita confiança, pois há entre eles o feio costume de fechar os olhos ao modo como os historiadores católicos entenderam a situação, dando, ao invés, licença e voz aos detratores do Papado. É assim que o católico bem-intencionado, no obstinado esforço de conciliar o inconciliável, pisoteia em sua própria consciência. Na tentativa de reconhecer a falsa Igreja do Vaticano II e seus papas, ele acaba por realizar o sonho de todo modernista: levar pessoas tradicionais ao esquecimento das prerrogativas da Santa Sé e da natureza divina da Santa Igreja. O remédio para este mal é a boa historiografia católica. Esta pode ser encontrada, por exemplo, nos artigos da Catholic Encyclopedia, a qual costuma apresentar a versão católica dos fatos, uma versão que normalmente diverge daquela que o autor semitradicionalista de sua preferência emprestou de um algum autor protestante ou conciliar. Segue um exemplo, retirado do artigo sobre o Papa João XXII:

Nos últimos anos do pontificado de João XXII surgiu um conflito dogmático sobre a questão da visão beatífica que foi levantado por ele mesmo e do qual seus inimigos tomaram proveito para desacreditá-lo. Antes de sua elevação à Santa Sé, ele escreveu uma obra sobre essa questão, na qual afirmava que as almas dos bem-aventurados não viam Deus até depois do Juízo Final. Depois de Papa, ele propôs o mesmo ensinamento em seus sermões. Nisto ele encontrou forte oposição, muitos teólogos que adotavam a opinião comum de que eles viam Deus antes da Ressurreição do Corpo e do Juízo Final chegaram mesmo a chamar sua posição de herética. Uma grande comoção se levantou na Universidade de Paris quando um geral dos minoritas e um dominicano tentaram disseminar as visões do Papa; o Papa João escreveu ao rei Felipe IV sobre a matéria (novembro de 1333) e enfatizou o fato de que, enquanto a Santa Sé não tinha tomado uma decisão, os teólogos desfrutavam de perfeita liberdade nesta matéria. Em dezembro de 1333, os teólogos de Paris, após serem consultados sobre a questão, decidiram em favor da doutrina de que as almas dos bem-aventurados viam Deus imediatamente depois da morte ou depois de sua completa purificação; ao mesmo tempo eles assinalaram que o papa ainda não tinha tomado decisão sobre esta questão, mas somente proposto sua própria opinião pessoal, e pediam que agora o papa confirmasse sua decisão. João apontou uma comissão em Avinhão para estudar os escritos dos Padres e discutir mais sobre a questão disputada. Em um consistório realizado a 3 de janeiro de 1334, o papa explicitamente declarou que ele nunca pretendeu afirmar nada contrário à Sagrada Escritura ou à regra de fé e de fato não tinha pretendido tomar qualquer decisão. Antes de sua morte, ele retirou sua opinião anterior e confessou a crença de que as almas separadas dos seus corpos gozavam no céu da visão beatífica. Os Espirituais, sempre em estreita aliança com Luís da Baviera, aproveitaram-se desses eventos acusando o papa de heresia, sendo apoiados pelo Cardeal Napoleão Orsini. Em união com o último, o rei Luís escreveu para os cardeais a fim de convocar um concílio geral e condenar o papa. O incidente, porém, não teve desdobramentos posteriores. (KIRSCH, Johann Peter. Pope John XXII. In: The Catholic Encyclopedia. Vol. 8. New York: Robert Appleton Company, 1910. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/08431a.htm>>. Acesso em: 9 set 2017.)